



# Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1978

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Muggiati Filho.

À hora regieme é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Ivo Thomazoni e Aragão de Mattos Leão (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM 135/78 Curitiba, 24 de novembro de 1978.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 08 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado  
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 136/78 Curitiba, 24 de novembro de 1978.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos datados de 10 de novembro de 1978, aos Convênios celebrados entre os Municípios de PORTO RICO e SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado  
— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### Ofício:

Sob o nº 038/78, firmado pelo Senhor Nelson Thomazinho, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Céu Azul, neste Estado, encaminhando representação da Câmara Municipal daquele município, que versa sobre a transferência da sede do Município de Céu Azul, para o Distrito de Vera Cruz D'Oeste. — Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o requerimento que enquadra o Sr. GERMANO SORDI, de Paraíso do Norte, em crime de responsabilidade, que ontem foi discutido em Plenário e enviado à Comissão de Justiça, para competente parecer.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1978.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta data, do funcionário desta Casa, SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA.

O extinto, antigo jornalista parlamentar, deixa lacuna irreparável, no quadro funcional desta Casa, como também no setor jornalístico de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1978.

(a) JORGE SATO

Apoiamto: MUGGIATI FILHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata um voto de pesar pelo falecimento do jornalista SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA, funcionário deste Poder, ocorrido hoje.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer dispensa de publicação da Redação Final dos seguintes Projetos de Resolução nºs:

63/78, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 85, 90, 97, 98, 105, 118, 119, 120, 121, 82, 77, 80, 79 e 239/78.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1978.

(a) JORGE SATO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-

tal, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Renato Antônio Johnsson, DD. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja determinada a instalação de telefones monocanais, nas localidades de Ouro Verde, Penha e Longuinópolis, no Município de Corbélia, tendo em vista a distância que as separam da sede do município a sua importância populacional e econômica e que por isso mesmo estão a merecer os cuidados da administração pública.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1978.

(a) LINEU TURRA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Eleutério Dallazem, DD. Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de incluir no plano de obras escolares, para execução em caráter prioritário, no Município de Corbélia, o seguinte:

1. seis (6) salas de aula, com fechamento da já existente, na localidade de Longuinópolis;
2. três (3) salas de aula, com fechamento da já existente, na localidade da Penha;
3. Quatro (4) salas de aula, com fechamento da já existente, na localidade de Iguatú;
4. seis (6) salas de aula, com fechamento da já existente, na localidade de Braganey;
5. construção de duas (2) canchas de esportes em Iguatú e Braganey, respectivamente.

Tem a justificar o presente, o grande crescimento do Município de Corbélia, especialmente essas regiões, que por isso mesmo estão a merecer a atenção da administração pública, a fim de que a educação, que é fundamental para o desenvolvimento, não venha sofrer desacertos pela falta de espaço físico.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1978.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Líder do MDB, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Apenas para fixar a posição da nossa bancada em relação ao litígio, vamos dizer assim, de localização da sede do Município de Céu Azul. Em decisão da bancada o MDB decidiu não apoiar, não dar apoio a representação da Câmara Municipal de Céu Azul, sem que antes se realize naquele município um plebiscito, como uma demonstração inequívoca da decisão coletiva dos munícipes de Céu Azul. Até na Ordem do Dia de hoje, Sr. Presidente, vários pedidos plebiscitários para anexação ou desanexação de territórios municipais, constituem discussão única de processos que estavam tramitando nesta Assembléia.

Portanto, a posição adotada pela bancada do Movimento Democrático Brasileiro, principalmente escudando-se na posição e no conhecimento de fato do Deputado Fidelcino Tolentino, representante daquela região, houvermos por bem decidir de que a representação só será devidamente apreciada quando se realizar naquele município, o plebiscito para que todos os cidadãos, todos os munícipes participem daquela decisão.

Em assim sendo, solítico à Presidência da Casa que, após receber expediente formal da nossa parte, comunique às autoridades municipais de Céu Azul para esta decisão que nós acabamos de tomar.

Era só, Sr. Presidente, e muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto a Liderança da ARENA, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a máxima satisfação de anunciar a presença, em nossas galerias, do Sr. Vereador Ruco, do Município de Itaguagé, e do líder político daquele município, Sr. José Matias, que se faz acompanhar de Sua Excelência o Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 120/74, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de ROSÁRIO, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 63/76 e 136/75, ambos que criam o Município de DOURADINA, com território desmembrado do Município de Maria Helena, com sede e divisas que especificam. — **Aprovados.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 55/77, que determina ao Poder Executivo adquirir duas viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 107/77, que dá nova redação, conforme especifica, ao parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 4766, de 13/11/63. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 108/77, que dispõe sobre a transferência de áreas territoriais de um para outro município, conforme estabelece e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 167/77, que cria no Município de JARDIM ALEGRE, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 26/78, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 54/78, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraí do Sul, imóvel que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 55/78, que acresce parágrafo único com redação que especifica, ao artigo 143 da Lei nº 6174, de 16/11/70. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 93/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", da cidade de Toledo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 94/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA ANA NERY", com sede e foro na cidade de Alto Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95/78, que autoriza o Poder Executivo ceder para uso dependência física e equipamentos respectivos, aos membros da União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, em áreas de parques e reservas florestais de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 97/78, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO HUMANA", com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98/78, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CASA DE EMAÚS", com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128/78, que declara de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTA CRUZ", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/78, Mensagem n.º 34/78, ex-Proposição n.º 118/78 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e SUDESUL, e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a implantação do Programa de Apoio à Pesquisa Científica em Pós-Graduação. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 45/78, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 164/75 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Toledo, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquela comuna. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 62/78, Mensagem n.º 02/77, ex-Proposição n.º 163/77, aprova termo de ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/78, Mensagem n.º 39/78, ex-Proposição n.º 125/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 83/78, Mensagem n.º 58/78, ex-Proposição n.º 162/78, aprova os Convênios de n.ºs 14/77 e 51/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e da Cultura, objetivando aplicação de recursos do Salário Educação instituído pelo Decreto-Lei n.º 1422, de 23/10/75. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 84/78, Mensagem n.º 59/78, ex-Proposição n.º 163/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e da Cultura, objetivando aplicação de recursos orçamentários oriundos do Departamento de Ensino Fundamental do referido Ministério, para o exercício de 1977. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 584/66, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, expediente subscrito pelo Vice-Prefeito de Tapejara, encaminhando abaixo assinado dos moradores da Gleba Aparecida, Distrito de Bernardelli, Município de Rondon, no qual solicitam realização de Plebiscito sobre sua anexação ao Município de Tapejara. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 557/67, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, manifesto subscrito por entidades educacionais, notificando inconformismo ante a inconstitucionalidade do parágrafo 4.º do Artigo 60 da Constituição do Estado, no que respeita a preenchimento de vagas de Professor primário no serviço Público estadual. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 631/67, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, expediente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando requerimento n.º 230, de autoria do Sr. Deputado Raul Belém, no qual solicita pronunciamento desta Casa, sobre os Projetos de Resoluções n.ºs 222, 223, e 224/67. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 370/68, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, expediente dos Prefeitos de Loanda e Santa Izabel do Ivaí, encaminhando cópia de convênio firmado entre o referido município relativo a acordo conforme resolução n.º 30/67, desta Assembléia Legislativa. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 227/69, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, exposição de motivos da Associação Comercial do Paraná, com referência à Lei n.º 5.950, de 4 de julho de 1969, e solicitação para que seja elaborado projeto de lei que venha a revogar aquele diploma legal. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, V. Ex.ª está anunciando pareceres contrários da CCJ, entretanto, o parecer da CCJ é pelo arquivamento dos projetos.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Exatamente, Sr. Deputado. Esta Presidência só quer esclarecer que eram considerados, estes projetos, como sucata. Nós consideramos então, que este parecer é contrário.

O SR. PAULO CAMARGO — Pelo arquivamento.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 50/70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, abaixo assinado de Moradores em Novo Sarandí, Distrito de Toledo, solicitando autorização para realização de plebiscito naquela região, a fim de verificar probabilidade da criação do Município de Nova Sarandí. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 80/70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, expedientes da Câmara Municipal de Londrina, solicitando revogação do parágrafo único do artigo 10 da Constituição Estadual. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 87/70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, exposição de motivos e requerimentos da Professora da Cadeira de Literatura no Colégio Estadual do Paraná, solicitando elaboração de projeto de lei no sentido da obrigatoriedade de estudo da obra de escritores paranaenses nas escolas do Estado. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 74/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, abaixo assinado de moradores da Região Leste do Município de Birutuna, solicitando autorização plebiscitária, a fim de que a população da referida localidade, decida sobre a anexação exata, ao Município de Porto Vitória. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 75/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, representação de moradores do Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê, solicitando seja criado conforme documentação anexa, o Município de IV Centenário. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 261/73, de autoria da

da Comissão de Constituição e Justiça, expediente da Confederação Umbandista do Paraná, fazendo exposição de motivos e solicitatório para reconhecimento do culto de Umbanda como Religião em nosso Estado. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 192/66, de autoria do Deputado TÚLIO VARGAS, que autoriza o Poder Executivo doar à Sociedade do Apostolado Católico de Mandaguari, 4 (quatro) alqueires paulistas de terras, no lote nº 32 - Gleba patrimônio Mandaguari, pertencentes ao Estado. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 263/66, de autoria do Deputado JOÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Pitanga. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 688/66, de autoria do Deputado TÚLIO VARGAS, com sede e divisas que especifica, cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Mariza, no Município de São Pedro do Ivaí. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/67, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública o Clube de Engenharia e Arquitetura da cidade de Londrina. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 419/67, de autoria do Deputado OLÍVIO BELICH, que declara de utilidade pública o Colégio Notarial do Estado do Paraná. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 614/67, de autoria do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de utilidade pública o Diretório Acadêmico Lycio Vellozo, da Faculdade de Agronomia e Veterinária do Paraná. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/70, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a Policlínica de Cascavel. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade, — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/70, de autoria do Deputado ROBERTO GALVANI, que transfere para a jurisdição da 45ª Inspeção Regional de Ensino, sediada em Cascavel, o Município de Céu Azul. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 267/70, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a Associação dos Viajantes de Maringá. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 320/70, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Município de São Francisco de Imbaú, desmembrado do de Congonhas, com sede e divisas que especifica. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 61/71, de autoria do Deputado ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio Leão XII, um imóvel de propriedade do Estado, situado em Paranaguá, com as características que especifica. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

mento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 62/71, de autoria do Deputado NIVALDO KRUGER, que autoriza o Poder Executivo criar a Fundação do Cinema do Paraná - FUNCIPAR, com sede e foro nesta Capital. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 63/71, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que autoriza o Poder Executivo incluir no cargo de Agente Fazendário nível 20, do D.R.I. da Secretaria da Fazenda, os atuais despachantes oficiais do Estado junto às Estações Férreas da R.V.P.S.C., titulados há mais de vinte anos, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/71, de autoria do Deputado OVIDIO FRANZONI, que dá novas divisas aos Municípios de Tapira, Nova Olímpia, Cruzeiro do Oeste e Maria Helena. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 212/71, de autoria do Deputado ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Casa da Estudante Universitária desta Capital. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 241/71, de autoria do Deputado ÁLVARO DIAS, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal em Guaravera, Município de Londrina, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 242/71, de autoria do Deputado ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, que declara de utilidade pública o Clube do Professor Paranaense, na forma que especifica. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 254/71, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado, com sede nesta Capital. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/72, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a União dos Oficiais e Proprietários de Farmácia do Norte do Paraná, "UNOFAR", com sede na cidade de Londrina. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 40/72, de autoria do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educação de União da Vitória, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado mediante decreto do Governador, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/72, de autoria do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 189/73, de autoria do Deputado ODILON REINHARDT, que autoriza o Poder Exe-

cutivo criar o Distrito Judiciário de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Corbélia. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 37/74, de autoria do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Educacional "D. PEDRO FILIPAK", da cidade de Wenceslau Brás. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/74, de autoria do Deputado ARIZONE IDES DE ARAUJO, que cria no Município de Matelândia, Distrito Administrativo de Diamante D'Oeste. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 180/74, de autoria do Deputado LEOPOLDO JACOMEL, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., da cidade de Ponta Grossa, os equipamentos e implementos agrícolas que especifica. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 33/75, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, no Município de Ibiporã, com jurisdição sobre os de Jataizinho, e Rancho Alegre. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/76, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar, no bairro residencial denominado Jardim Liberdade, na cidade de Maringá. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 27/76, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ZUK, que obriga o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado, o resultado de toda e qualquer pesquisa de opinião pública por eles contratada e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/68, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, requerimento do Sr. Deputado Paulo Poli, solicitando autorização do Sr. 1.º Secretário deste Poder Legislativo, para reembolsar despesas de internamento do Sr. Deputado OLÍVIO BELICH, em Casa de Saúde nesta Capital, e na cidade de São Paulo. Parecer da C.C.J., pelo seu arquivamento, por unanimidade. — **Rejeitado.**

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para não perturbar a votação que V. Ex.ª estava fazendo, eu não continuei com a minha Questão de Ordem. Entretanto, estes projetos que vieram da CCJ, com parecer "pelo arquivamento", de fato o parecer deve constar como arquivamento, porque senão não estariam em condições de vir a Plenário, porque teriam que passar por outras Comissões. Portanto, eles não estariam em condições de vir a Plenário apenas com parecer contrário da CCJ, mas com parecer "pelo arquivamento", sim. Por esta razão, peço a V. Ex.ª que mande retificar na ata, e que nos projetos conste "arquivado pelo parecer da CCJ", "arquivados", e não com parecer contrário, simplesmente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência atende e manda fazer a devida observação na ata da sessão de hoje.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado

Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Saint'Cyr de Oliveira Rocha, funcionário deste Poder. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, com apoio do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do funcionário desta Casa, Saint'Cyr de Oliveira Rocha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos Projetos de Resolução. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o requerimento em que enquadra o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, em crime de responsabilidade, que ontem foi discutido em Plenário e enviado à Comissão de Justiça, para competente parecer. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) O requerimento não se enquadra...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pedi a palavra pela ordem, porque o requerimento solicitando regime de urgência, parece que não existe regime de urgência para requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência informa ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, líder da Arena, que esta assessoria como sempre, bem informada, acaba de nos comunicar que não existe nada em contrário. Que o mesmo poderá e deverá ser submetido à apreciação do Plenário. Em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não tenho nada em contrário ao requerimento do eminente Deputado Barbalho, mas só levantei uma questão de ordem para justificar que não existe nada em contrário, mas não existe regime de urgência para requerimento. É só isso.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, objetivando a execução de diversas salas de aula em várias localidades, e construção de duas canchas de esportes em Iguatú e Braganey. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando seja determinada a instalação de telefones monocanais no Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Respeito às Urnas". — Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Meu voto é favorável à transcrição do artigo, mas há uma ressalva quanto a uma afirmação que existe no artigo que, em absoluto, posso eu concordar. O editorialista afirma que a corrupção eleitoral não seria um

grande mal para o País. Eu acredito que aqui no Brasil e em qualquer País democrático do mundo, a corrupção eleitoral é uma forma de viciar a legitimidade do Poder. E, por isso, com essa afirmação do artigo, eu não concordo e deixo aqui a minha ressalva, embora vote favoravelmente à transcrição desse artigo; com essa ressalva, não concordando nessa afirmação, de que a corrupção eleitoral não é um grande mal para o País, no meu entender, é talvez, o maior mal que possa existir no País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em discussão. Pela ordem, concedo a palavra ao autor do requerimento, Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, eu requeiro a retirada do meu requerimento.

Estou requerendo a retirada do meu requerimento, pedindo a transcrição nos Anais da Casa; se eu quisesse transcrevê-lo, mesmo que houvesse parecer contrário dessa colenda Assembléia, bastaria que eu lesse o editorial da tribuna. Entretanto, cabe razão ao nobre Deputado Nilso Sguarezzi, na sua

assertiva, de que no requerimento existem afirmações com as quais eu não comungo. E, nessas condições, eu peço a retirada do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Defiro o requerimento do Deputado Paulo Camargo, autor do mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 4, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 85, 90, 97, 98, 105, 118, 119, 120, 121 e 239/78, e do Projeto de Lei n.º 186/78.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 177/77, 58, 81 e 155/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 126/76, 59, 77, 100 e 172/78, e de Resolução n.º 287/78.

Levanta-se a Sessão.